

30 ANOS DE INSERÇÃO DO TRABALHO DE PSICOLOGIA NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS¹

ELAINE MARIA DO CARMO ZANOLLA D. SOUZA

Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar de Minas Gerais. Especialista em Psicologia Hospitalar e Neuropsicologia. Especialista pelo CFP em Psicologia Hospitalar e Psicologia Clínica. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

PAOLA BONANATO LOPES

Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar de Minas Gerais. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Criminologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS). Graduada em Psicologia pela UFMG.

Resumo: O presente relato intenciona apresentar breve histórico do trabalho da Psicologia na PMMG, ao longo de seus 30 anos de existência, destacando recortes desse percurso que denotam aprimoramento profissional e consolidação do papel da categoria na Instituição. De um trabalho iniciado em 1987, com 10 profissionais, hoje se somam 88 Oficiais psicólogos, o que ainda não é suficiente se considerarmos o público interno de mais de 46.000 integrantes. À medida que se elabora o texto, reúnem-se experiências e compartilham-se projetos, vivências e desafios que contribuem para a organização e a gestão do conhecimento adquirido ao longo de uma trajetória fundamentada em ética e comprometimento com os valores e interesses

¹ A primeira parte do presente artigo foi retirada da minuta de Instrução de Saúde nº 03/2017 “Protocolo de abordagem psicossocial do policial militar”, elaborada pela Comissão nº 13/2016-EMPM, publicada no BGPM nº 23, de 23Mar2017.

institucionais. O convite ao leitor é para refletir sobre os avanços e retrocessos da categoria, como forma de organizar e repensar o futuro da Psicologia na PMMG.

Palavras-chave: Psicologia. PMMG. Saúde Mental. Trabalho. Qualidade de vida.

1. INTRODUÇÃO

A forma atual de organização do trabalho das instituições de Segurança Pública, as condições de trabalho que acarretam sobrecarga física e emocional e as pressões da sociedade por eficiência podem afetar a saúde, gerando desgaste e insatisfação, podendo levar a estresse e a sofrimento psíquico. Assim, torna-se necessário investir no profissional e valorizar seu trabalho, além de oferecer apoio e atenção aos interesses e dificuldades pessoais que os servidores militares, porventura, estejam enfrentando, buscando alternativas e soluções viáveis.

Além disso, as características da atividade policial-militar expõem esse trabalhador a riscos e fatores estressantes, podendo gerar impacto em sua saúde e segurança, bem como interferir na esfera psíquica e social.

Dessa forma, torna-se necessário prover atenção integral à saúde do profissional de segurança pública, por meio de projetos preventivos e integrados, visando a proporcionar aos servidores melhores condições emocionais para o enfrentamento das situações de trabalho, tornando-os mais resilientes e menos suscetíveis a problemas relacionados à pressão profissional e aos riscos constantes inerentes às suas atividades.

Assim, tornou-se fundamental a inserção da Assistência Psicológica na Polícia Militar de Minas Gerais, objetivando os cuidados em saúde mental.

2. A PSICOLOGIA NA PMMG: BREVE HISTÓRICO E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O primeiro concurso que abriu vagas para psicólogos no Quadro de Oficiais de Saúde da PMMG ocorreu em 1987. Foram 12 vagas e 10 Oficiais psicólogos incluídos, em Belo Horizonte, sendo um designado para a Academia de Polícia Militar (APM), três para o Hospital da Polícia Militar (HPM) e o restante, seis, para a Diretoria de Recursos Humanos (DRH), na seção denominada DP5, responsável pelos exames psicológicos admissionais. No segundo concurso, realizado no ano seguinte, dois Oficiais psicólogos foram incluídos nas vagas de 1987.

O terceiro concurso que incluiu vagas para essa categoria profissional ocorreu em 1992, e ingressaram mais dois Oficiais psicólogos. Nos anos seguintes, o Quadro de Oficiais Psicólogos cresceu de forma significativa. Assim:

- em 1993, ingressaram cinco Oficiais psicólogos;
- no ano seguinte, foram incluídos 24 Oficiais psicólogos;
- em 1995, foram incluídos nove Oficiais psicólogos;
- em 1997, foram incluídos cinco Oficiais psicólogos;
- em 2002, foram incluídos dois Oficiais psicólogos;
- em 2007, foram admitidos 33 Oficiais psicólogos, totalizando 88 profissionais. Desses, considerando as passagens para a Reserva, a Instituição conta atualmente com 63 Oficiais psicólogos.

O que levou a esse crescimento da categoria de psicólogos no Quadro de Saúde da PMMG? Por que considerar esse processo como uma evolução?

Essa história começa antes de 1987, quando ainda não estava instituído o Quadro de Oficiais Psicólogos. Naquela época, o trabalho de seleção psicológica de militares já vinha sendo realizado por psicólogos civis e Praças formados em Psicologia. Na inexistência de previsão de cargo ou função de psicólogo na PMMG, naquela ocasião, esses militares trabalhavam na seleção de pessoal. Na PMMG, já havia também Oficiais militares, com formação na área, que trabalhavam na seleção e na formação. Eram, todavia, poucos os profissionais e, por conseguinte, um trabalho incipiente.

Essa história começa também com a preocupação demonstrada por integrantes da Instituição em relação à saúde mental de policiais militares da PMMG, o que pode ser constatado em documentos do início da década de 1980 que redundaram na inclusão dessa categoria profissional no Quadro de Oficiais de Saúde da PMMG.

Mas isso foi apenas o início. Os primeiros Oficiais psicólogos encontraram um grande desafio. Primeiro, porque era necessário esclarecer o lugar da Psicologia em uma instituição militar. A entrada dessa categoria pareceu visionária para a época. Em muitos integrantes da PMMG, causou estranheza, preocupação e desconfiança.

Muitos militares questionaram o psicólogo quanto à existência de uma possível incompatibilidade entre os preceitos da Psicologia e os pilares da Instituição, a saber: a hierarquia e a disciplina. Da mesma forma, não era incomum que a escuta psicológica fosse confundida com o trabalho dos capelães ou ligada à área de informações – a P/2. Assim, o trabalho de esclarecer o papel do psicólogo na PMMG foi, e ainda é, uma atribuição rotineira e importante desses Oficiais.

Além disso, em cada lugar onde o psicólogo estava, este propiciava diferença com a sua presença, criando novas demandas e mudanças. A avaliação psicológica para a inclusão começou a ser mais sistematizada e, ao longo dos anos, alguns avanços foram

sendo obtidos. Assim, a título de exemplo, a Psicologia caminhou junto com a PMMG na mudança de concepção relativa à duração do Curso de Formação de Soldados, que passou de seis meses, em 1987, para nove meses e, posteriormente, para um ano e seis meses. A necessidade de um maior grau de escolaridade para os Soldados, que antes ingressavam com o ensino fundamental, também contou com a participação da Psicologia e de sua experiência na seleção e na formação da PMMG, resultando na exigência de ensino médio e, posteriormente, do curso superior para o Curso de Formação de Soldados. O processo de credenciamento da Academia de Polícia Militar como Instituição de Ensino Superior e o alcance do nível superior de ensino, por meio do bacharelado e dos cursos de tecnologia, também tiveram a participação da Psicologia e retratam fielmente o papel do psicólogo junto a processos de avanço estratégico da Instituição.

Da mesma forma, a experiência clínica e organizacional, aliada à escuta das demandas institucionais pelos psicólogos, em algumas Unidades da PMMG, contribuiu para indicar a necessidade de se ter, no mínimo, um Oficial psicólogo em cada Unidade de Execução Operacional.

Ressalta-se, ainda, o fato de que de nada serviriam essas constatações se elas não tivessem sido compartilhadas entre os pares e os gestores. O trabalho que se realiza hoje e os avanços obtidos dependeram, e muito, dessa interlocução. Desse modo, já no final da década de 1990, eram realizadas, por iniciativa própria e sem ônus para a Instituição, reuniões periódicas, seminários, supervisões de casos clínicos e jornadas científicas anuais. Muitos dos procedimentos técnicos formalizados e utilizados hoje são produtos desses encontros científicos.

Outro importante resultado desses encontros foi a *Revista de Psicologia – Saúde Mental e Segurança Pública*, lançada em 1997,

em comemoração aos dez anos de Psicologia na PMMG. Seu objetivo foi o de permitir a formalização teórica da prática profissional na Instituição e sua divulgação. Além disso, a Revista abriu espaço para a construção de um saber específico relacionado à saúde mental no campo da segurança pública.

A demanda pela assistência à saúde mental e pela atuação do psicólogo nas diversas áreas tem aumentado de forma constante. Verificam-se, entretanto, Unidades no estado que ainda carecem dessa atenção.

A atividade profissional de Psicologia na PMMG se insere no campo das políticas públicas de segurança do estado de Minas Gerais, em especial, no campo da gestão de recursos humanos. Mas não se pode descuidar das políticas públicas nacionais no campo da saúde e, em especial, da saúde mental.

Em um dos últimos encontros científicos realizados, além da elaboração de vários protocolos, foi compilado um documento intitulado “Programa de atenção Psicológica na PMMG”. Nele foram descritas, por local de trabalho, as atribuições básicas do Oficial psicólogo, o que resultou em um documento a ser publicado, contemplando as “Normas Gerais de Atuação do Oficial Psicólogo na Instituição”. Seu intuito foi sistematizar e otimizar a assistência psicológica já prestada pela rede orgânica de saúde da PMMG, possibilitando que todos os integrantes da Instituição, independentemente do local onde sirvam, tenham acesso a programas de atenção à saúde mental desenvolvidos por esses profissionais.

A atenção à saúde da rede orgânica enfatiza a atenção integral e tem como objetivo realizar programas preventivos, elaborar diretrizes para a melhoria da qualidade de vida em geral e no trabalho. As atividades preventivas visam a minimizar os agravos à saúde.

As atribuições que foram descritas, todavia, são incapazes de expressar todas as nuances e peculiaridades do trabalho, bem como de exprimir os desafios e as complexidades com as quais o Oficial psicólogo se depara rotineiramente.

A permanente preocupação de que as ações desenvolvidas em âmbito institucional estejam respaldadas por procedimentos técnicos e éticos e que sejam discutidas entre todos os Oficiais psicólogos que trabalham na Instituição é uma característica de trabalho dessa equipe de profissionais.

Essa forma de organização e de atuação da Psicologia na PMMG, diversificada e de longa data, tornou essa assistência pioneira no país na área de Segurança Pública, sendo referência de trabalho para outras instituições civis e militares de outros estados, universidades e para os Conselhos Federal e Regional de Psicologia.

Na PMMG algumas atividades tornaram-se comuns à maioria dos Oficiais psicólogos em função da relevância do seu efeito para os militares. Destacam-se as seguintes:

- assessorar o Comando na gestão estratégica de pessoas, bem como na promoção e na prevenção em saúde mental da tropa;
- realizar entrevistas, emitir pareceres e laudos consoantes às diversas demandas que competem ao exercício da Psicologia na PMMG;
- realizar instruções sobre temas relacionados à promoção em saúde, ao desenvolvimento de competências profissionais e à qualidade de vida com vistas a promover o bem-estar psíquico do policial militar;
- realizar palestras relativas à prevenção em saúde mental: alcoolismo, transtornos mentais, relacionamento interpessoal

e familiar, atendimento às vítimas, estresse e suicídio e outras que se fizerem necessárias para atender às especificidades de cada Unidade da PMMG;

- participar de comissões, programas, atividades na área da saúde e reuniões, contribuindo com o conhecimento específico da Psicologia;

- realizar atividades administrativas inerentes ao exercício da Psicologia;

- realizar estudos e pesquisas referentes a sua área de atuação;

- registrar as atividades em consonância com as normas institucionais e regulamentares dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia;

- compor comissões da Junta de Seleção e para Análise de Recursos Administrativos na fase de Avaliação Psicológica dos Concursos Públicos e Internos, sempre que escalados pela Diretoria de Saúde;

- atuar em atividades relacionadas à análise e ao desenvolvimento organizacional, ação humana nas organizações, programas de desenvolvimento de recursos humanos, desenvolvimento de equipes e consultoria organizacional;

- planejar e executar, em equipe multiprofissional, programas de promoção e prevenção em saúde;

- conhecer e cumprir as normas emanadas dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia;

- conhecer e cumprir as diretrizes, as resoluções, as instruções e os memorandos institucionais;

-participar dos procedimentos de referência e contrarreferência com os demais profissionais de saúde, sobretudo com a Clínica de Psiquiatria do Hospital Militar;

- realizar estudos e pesquisas sobre o ambiente e a organização do trabalho com vistas à identificação de variáveis que interfiram na saúde, na qualidade de vida e no desempenho profissional dos integrantes da sua Unidade.

Atualmente os Oficiais psicólogos do Quadro de Saúde desenvolvem as atribuições citadas em diversos locais da Instituição, a saber: Hospital da Polícia Militar; Junta Central de Saúde; Academia de Polícia Militar; Núcleos de Assistência Integral à Saúde (NAIS); Assessoria de Desenvolvimento Organizacional (ADO); Corregedoria de Polícia Militar (CPM); Centro de Recrutamento e Seleção (CRS) e Gerência Regional de Saúde (GRS).

3. PROGRAMAS INSTITUCIONAIS COM A PARTICIPAÇÃO DA PSICOLOGIA

Para além das atividades descritas, a Psicologia da PMMG se faz presente, também, por meio de diversos programas institucionais regulamentados que contribuem para a promoção da saúde mental e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública da instituição militar estadual.

A Resolução nº 4308/2014, que trata do Programa de Preparação para a Reserva (PPR), tem como objetivo preparar os militares para a transferência para a reserva, em um processo gradual, elaborado, planejado, promotor de novos interesses e perspectivas para a otimização dos resultados. Nesse programa os psicólogos, por meio de atividades diversificadas, promovem o entrosamento do grupo e o seu desenvolvimento singular, localizam os recursos técnicos mais

adequados ao desenvolvimento e à reflexão dos temas pertinentes ao grupo, identificam dificuldades de natureza individual e incentivam a busca de recursos para tratá-las e, também, identificam as potencialidades pessoais e incentivam seu desenvolvimento.

O Programa de Acompanhamento e Apoio aos Policiais Militares (Pró-Apoio), criado em junho de 2014, tem como objetivo prestar apoio e acompanhar policiais militares que, no exercício de suas funções, sejam autores de evento de morte ou, ainda, nas situações em que eles sejam vítimas e lhes sobrevenha invalidez. Esse programa prevê, também, apoio à família do militar pelo tempo que perdurarem os efeitos do trauma. Trata-se de um programa pioneiro no qual o psicólogo, junto a uma equipe multidisciplinar, acolhe o militar e seus familiares em um momento difícil de sua atuação, a qualquer hora do dia ou da noite, por meio de uma escala de sobreaviso.

A Instrução nº 02/2005 regulamenta o Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR). Nesse programa, a participação do psicólogo se refere à realização do processo seletivo dos integrantes do GEPAR, considerando o perfil adequado para o desempenho da atividade específica que envolve, além de atividade preventiva, repressão qualificada. O psicólogo, nesse programa, realiza atendimentos clínicos aos integrantes da equipe GEPAR sempre que há ocorrências em que haja disparo de arma de fogo nos confrontos entre os policiais militares e infratores. Também realiza anualmente, com os integrantes das equipes, entrevista individual ou atividade de grupo para a avaliação do desenvolvimento dos grupos, da adaptação funcional e do impacto do trabalho sobre a saúde mental dos militares. Participa, ainda, das reuniões da Comissão, anuais e extraordinárias, quando necessário, ressaltando os aspectos psicológicos envolvidos no acompanhamento dos militares componentes dos grupos existentes na Unidade.

O artigo 78 da Instrução Conjunta de Corregedorias nº 02 (ICCPM/BM nº 02/2014) padroniza as Atividades de Polícia Judiciária Militar e estabelece atribuições do Oficial psicólogo na Comissão de Acompanhamento e Controle da Letalidade e do Uso da Força da Unidade no âmbito da PMMG, em suas Unidades. Nesse contexto o Oficial psicólogo atende individualmente todos os militares envolvidos em episódios com disparo de arma de fogo e utilização de Instrumento de Menor Potencial Ofensivo (IMPO), de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução, participa das reuniões mensais e subsidia a consolidação de uma matriz padronizada a ser encaminhada à Corregedoria da Polícia Militar.

Considerando a complexidade da abordagem da violência doméstica, foi elaborada uma Instrução de Prevenção, a qual estabelece como atribuições do Oficial psicólogo a participação na comissão de acompanhamento trimestral das ações de resposta à prevenção na área de sua responsabilidade, buscando traçar estratégias que potencializem o aprimoramento das ações policiais-militares de controle do fenômeno, por meio do monitoramento sistemático dos casos, assim como a adoção de medidas eficazes de prevenção à violência doméstica e familiar contra mulheres. Cabe ao Oficial psicólogo elaborar pareceres técnicos relativos aos casos, envolvendo o público interno de sua Unidade de trabalho, discutindo-os em acompanhamento para elaboração de estratégias, quando demandado pelas equipes. Além disso, presta atendimento às equipes para que desempenhem seu papel de forma mais isenta e sem comprometimento do equilíbrio de seus integrantes.

O Oficial psicólogo, além do envolvimento nessas atividades específicas, em cada Unidade, seja no Centro de Recrutamento e Seleção, na Academia de Polícia Militar, seja no Colégio Tiradentes ou nos Núcleos de Assistência Integral à Saúde, exerce atividades clínicas e organizacionais específicas de acordo com as demandas.

4. A PSICOLOGIA HOSPITALAR

No Hospital Militar, a Psicologia Hospitalar, desde 1990, vem exercendo um papel de relevância tanto de atendimento aos pacientes internados no CTI, nas enfermarias, nos apartamentos e no Pronto Atendimento como de intervenções junto às equipes de saúde. Na prática, percebe-se que, na maioria dos casos, a internação em um hospital é algo que desestabiliza não só o paciente internado como também seus familiares, havendo perda da ilusão de que a vida é previsível e de que certos fatos não aconteceriam jamais com eles. O espaço hospitalar é um espaço privilegiado onde o psicólogo se depara com pessoas diante de acontecimentos inesperados em suas vidas. São situações de perdas, sejam de pessoas queridas – morte –, de condição de “sadio” – doença –, de condição de “inteiro” – cirurgia – etc. Nesses momentos as respostas que o paciente sustentava já não são suficientes, pois algo aconteceu que vacilou suas certezas. A surpresa, o imprevisto e o acaso da doença podem caracterizar um momento de crise.

Durante vinte e nove anos, funcionou no Hospital Militar o ambulatório de Psicologia para atendimento clínico a militares e dependentes. Em 2016, avaliando-se a necessidade de maior proximidade do psicólogo com a tropa em suas Unidades Operacionais, em decisão estratégica, esses psicólogos foram transferidos para Unidades Operacionais da Corporação, fortalecendo assim a assistência psicológica nos Núcleos de Assistência Integral à Saúde.

5. A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Atualmente muito tem se discutido sobre o papel e as atividades da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) na PMMG. A criação dos Núcleos de Assistência Integral à Saúde reestruturou o trabalho

da Psicologia nas Unidades Operacionais. Antes de sua criação, esses profissionais integravam a Seção de Assistência à Saúde (SAS), que funcionava nas dependências dos quartéis de polícia. Com a criação dos NAIS, o foco do trabalho da Psicologia é direcionado para o atendimento clínico ao militar e a seus dependentes. Destaca-se, ainda, que em muitas Unidades da capital e do interior do estado, os NAIS localizam-se em ambiente distinto ao da Unidade Operacional, o que, de alguma forma, afasta o psicólogo da rotina diária da Unidade à qual presta seu serviço. Neste contexto, e aliado à importância do trabalho do psicólogo organizacional, o momento torna-se oportuno para algumas considerações acerca do trabalho da Psicologia nesse campo epistemológico.

O objetivo aqui é resgatar experiências exitosas e compartilhar boas práticas que possam ser reorientadas e reaplicadas, de forma a dar continuidade ao trabalho já executado pelo grupo de psicólogos da PMMG desde seus primórdios.

Antes de falar propriamente da POT, é importante compreender a forma como se desenvolve o trabalho do psicólogo na instituição policial-militar. De maneira simplificada, e considerando-se as atividades elencadas anteriormente, pode-se resumir que esse trabalho se encontra ancorado, basicamente, em atividades clínicas, organizacionais e de assessoria ao Comando. As três instâncias se constituem como interdependentes e se retroalimentam. Assim, o atendimento clínico ao policial militar, em determinada Unidade da PMMG, pode fomentar trabalhos organizacionais, quando o psicólogo percebe que a questão tem uma abrangência coletiva ou que os militares do setor poderão se beneficiar de ações de cunho preventivo no âmbito da saúde mental e da qualidade de vida no trabalho. Da mesma forma, o atendimento clínico poderá ensejar assessorias diversas no campo da organização do trabalho, sejam elas de forma coletiva ou individual.

No que diz respeito ao trabalho da Psicologia Organizacional e do Trabalho, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) elaborou documento com vistas a subsidiar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)². Nele encontram-se descritas as atribuições gerais desse profissional, bem como as ênfases e as especialidades da categoria. Para a Psicologia Organizacional e do Trabalho, tem-se a seguinte definição:

Atua individualmente ou em equipe multiprofissional, onde quer que se deem as relações de trabalho nas organizações sociais formais ou informais, visando a aplicação do conhecimento da Psicologia para a compreensão, intervenção e desenvolvimento das relações e dos processos intra e interpessoais, intra e intergrupais e suas articulações com as dimensões política, econômica, social e cultural (CFP, 1992).

Sampson (2000) *apud* Zanelli (2014), retrata e reforça o papel da POT na atualidade, descrevendo-a como importante instrumento de gestão: “Hoje, num contexto que demanda mais qualidade de desempenho, a POT ocupa uma posição-chave nos instrumentos de gestão. Ela ajuda a organizar e legitimar a compreensão que as pessoas e as instituições sociais requerem para funcionar” (ZANELLI, 2014).

O autor continua destacando a massa de conhecimentos gerados pelos estudos da POT, que acolhe temas como desempenho, saúde do trabalhador, padrões de qualidade de vida, impacto do emprego e das condições de trabalho sobre a vida humana, tanto sob o ponto de vista da atividade pessoal como da atividade institucionalizada (ZANELLI, 2014).

² Documento do Ministério do Trabalho, instituído por meio da Portaria Ministerial nº 397, de 09 de outubro de 2002, que identifica e descreve as ocupações presentes no mercado de trabalho brasileiro

Dessa forma, com base no exposto, compreende-se que a Psicologia Organizacional e do Trabalho tem muito a contribuir para as relações homem-trabalho e a produção de desempenho relacionada aos indivíduos.

Na PMMG, o trabalho da Psicologia Organizacional e do Trabalho remonta ao ingresso dos psicólogos no Quadro de Oficiais de Saúde, no ano de 1987. A partir de recorte temporal, podem-se enumerar alguns marcos históricos da POT na PMMG. No ano de 1989, os psicólogos recém-incluídos elaboraram perfis profissiográficos de diversos cargos da Instituição, o que denota a relevância e o objetivo inicial da inserção do psicólogo nos quadros da carreira policial. No ano de 1994, ocorreu o ingresso de 24 Oficiais psicólogos na PMMG, sendo que aproximadamente metade deles são alocados em batalhões de polícia militar com a finalidade de promover a assistência psicológica à tropa. Embora o endereçamento do trabalho do psicólogo no batalhão de polícia fosse para a atividade clínica, esta se desdobrava em atividades de cunho organizacional e de assessoria, considerando-se a articulação entre as especialidades. Assim, a partir do ingresso dos psicólogos nos batalhões, consolida-se o espaço da Psicologia Organizacional e do Trabalho que, então, passa a ser realizada de forma pontual, em função das demandas do Comando ou da assessoria do próprio profissional da Psicologia. Diversos trabalhos foram realizados nesse modelo pontual, em face de demandas específicas. Como exemplos podem ser citados trabalhos motivacionais, o laboratório de ideias, os grupos de apoio ao militar alcoolista, os treinamentos de equipes, os de relacionamento interpessoal e os de prevenção em temas de saúde mental. Por meio de oficinas, palestras e dinâmicas de grupo, os temas eram trabalhados, muitas das vezes, em parceria com colegas de Unidades distintas, o que promovia intercâmbio, compartilhamento e reconhecimento de competências profissionais. Em várias Unidades da PMMG, na capital e no interior

do estado, Oficiais psicólogos desenvolveram trabalhos em prol da promoção da saúde mental e da qualidade de vida do policial militar, materializando o que se concebe como Psicologia Organizacional e do Trabalho.

O ano de 2004 foi outro marco na história da POT na PMMG. Face à eminência de eclosão de uma nova crise salarial e temendo eventos críticos decorrentes, como os ocorridos em 1997, o Comando da Instituição busca a assessoria psicológica para fins de aconselhamento quanto aos procedimentos a serem adotados para evitar conflitos internos. O resultado desse assessoramento é a elaboração, por parte de um grupo de psicólogas da PMMG, de um programa de desenvolvimento gerencial com foco na liderança, a partir da aprendizagem contínua. O objetivo desses encontros mensais, destinados a comandantes de Unidades da RMBH, era o de aprimorar o aprendizado e o desenvolvimento das habilidades para a intervenção em crises internas e a liderança eficaz. O que parecia ser uma atividade pontual foi se avolumando e gerando novas demandas, o que consolidou um novo espaço para a Psicologia na PMMG, a “assessoria de desenvolvimento de pessoas”, situada estrategicamente na Primeira Seção do Estado Maior (PM1). Duas psicólogas foram transferidas para a seção e ali permaneceram de 2005 a 2008, planejando e executando Programas de Desenvolvimento Gerencial (PDG), Seminários de Desenvolvimento Profissional (SDP) e outras atividades em suporte a processos de âmbito institucional.

Os PDG iniciaram-se na capital em 2004, sendo estendidos para as Regiões de Polícia Militar do interior do estado de 2005 a 2006. O Núcleo de Psicologia da PM1 era responsável pelo planejamento das atividades, convidando outros Oficiais psicólogos, sempre que necessário, em função do número de participantes e como forma de promover a integração da categoria, respeitando-se os talentos e os interesses individuais. Na capital o foco dos trabalhos girou em

torno dos seguintes temas: História da PMMG: contradições entre a inovação e a tradição; Cultura e mudança organizacional e seus impactos na gestão de pessoas; Gerenciamento de crises internas; Competição e cooperação no ambiente de trabalho; Gestão das emoções no trabalho. No interior do estado, temas correlatos aos da capital foram conduzidos pela Psicologia da PMMG, acrescentando-se: Carreiras em tempo de mudanças; Habilidades e atitudes que formam líderes; Qualidade de vida no trabalho.

Os Seminários de Desenvolvimento Profissional (SDP) surgiram com o objetivo de acolher os formandos do Curso de Formação de Oficiais (CFO) e do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO)³. A demanda partiu do Comando da Instituição, preocupado com a chegada do Aspirante e do 2º Tenente nos respectivos locais de trabalho, após a passagem pela Academia de Polícia, considerando ser relevante acolhê-los, contextualizando-os em temas de interesse institucional. Em seguida aos SDP dos egressos dos cursos, foram planejados seminários para os Tenentes, Capitães, Majores e Oficiais psicólogos. Os objetivos das atividades consistiam em promover reflexões sobre o papel de cada cargo na Instituição, ampliar a visão de aspectos que interagem na organização do trabalho e despertar para a importância do autocuidado. Ao final de cada evento eram elaborados relatórios de avaliação e encaminhamentos com o intuito de dar prosseguimento às demandas apresentadas pelos grupos.

Paralelamente aos PDG e SDP a Psicologia também acolhia demandas por atividades organizacionais em apoio a processos institucionais desenvolvidos em diversos setores e Unidades da PMMG. Como exemplos podem ser citados: desenvolvimento de equipe na Diretoria de Recursos Humanos; sensibilização e integração no Encontro Nacional de Comandantes de Policiamento

³ CFO/CHO Cursos responsáveis pela formação dos gestores de segurança pública, Aspirantes e 2º Tenentes.

da Capital; integração dos Cadetes e Alunos do CHO; treinamentos conjuntos com a Polícia Civil com vistas à integração, à sinergia e à qualidade dos serviços prestados; desenvolvimento de equipe na PM2; relacionamento interpessoal no Estado-Maior; sensibilização para introyeção e desdobramentos de tarefas do plano estratégico; Encontro da Comunidade Operacional; terceirização da frota e desenvolvimento de equipe na Corregedoria.

No ano de 2008, as psicólogas lotadas na PM1 retornaram para seus antigos postos de trabalho, considerando a possibilidade de executar as atividades organizacionais sob demanda e em função de cronogramas previamente elaborados. Ofício encaminhado ao Comando da Instituição previa proposta para o ano de 2008, contemplando duas possibilidades de trabalho, todas com duração de um dia e meio, somando-se 12 horas de treinamento.

- **Primeira proposta:** planejamento e execução de PDG pela própria Região de Polícia Militar, com o apoio técnico de Oficiais psicólogas que já havia participado da primeira fase do projeto.
- **Segunda proposta:** apresentação de proposta para todas as Regiões da PMMG e solicitação de pedido da própria Região para realização das atividades. Tal medida justificava-se pelo fato de que é muito mais eficaz a realização do programa quando a Região solicita, já que isso pressupõe envolvimento e interesse genuíno por parte do respectivo Comando.

Com relação aos temas, foram sugeridos: Tomada de decisão; Resultados: uma perspectiva individual e institucional; Liderança: como transformar gerentes em líderes; Gestão da qualidade no ambiente de trabalho.

No mesmo ano de 2008, foi elaborado um Procedimento Operacional Padrão (POP)⁴ contendo diretrizes para as atividades

4 Vários POP foram realizados na ocasião como forma de sistematizar o trabalho da Psicologia na PMMG.

de desenvolvimento de pessoas realizadas na PMMG. O referido documento direcionava o PDG ao grupo de Oficiais e Praças em função de comando. Já os Seminários de Desenvolvimento Profissional (SDP) seriam destinados aos círculos de Subten/Sgt e de Cb/Sd.

Apesar do esforço por continuidade, os trabalhos sistematizados nessa época não prosseguiram, e o que se observa é um retorno às atividades organizacionais realizadas mediante demandas institucionais pontuais ou por orientação do próprio Oficial psicólogo.

CONCLUSÃO

Espera-se que a divulgação do presente artigo possa contribuir para o aprimoramento profissional dos psicólogos que atuam na área da Segurança Pública. Foram feitos alguns recortes de atividades desenvolvidas por esses profissionais, o que, de maneira nenhuma, se esgota neste artigo. Pretendeu-se sistematizar o conhecimento adquirido ao longo desses 30 anos, retratando o percurso histórico da categoria e registrando suas práticas de forma a promover reflexões sobre essa caminhada e reorientar projetos futuros.

A perspectiva é de que este artigo possa contribuir para discussões acerca dos resultados e da relevância das atividades do Oficial psicólogo na Instituição, de forma a orientar investimentos que possam suprir carências e recompor o efetivo da categoria, permitindo a perenidade do trabalho desse profissional cuja atribuição fundamental é promover o respeito e a dignidade ao ser humano.

Abstract: *This report intends to present a brief history of PMMG psychology work over its 30 years of existence, highlighting clippings that denote professional development and the consolidation of psychology career in the military*

institution. Psychology work begun in 1987 with 10 professionals, and today its number increased to 88, which is still not enough, considering the total staff of more than 46,000 members. During the text writing, experiences, projects and challenges have been shared which contribute to the organization and management of the knowledge acquired along a trajectory based on ethics and commitment to the values and institutional interests. The reader is invited to reflect on the advances and setbacks of the category as a way to organize and rethink the future of PMMG psychology career.

Key words: *Psychology. PMMG. Work. Mental health. Quality of life.*

REFERÊNCIAS

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 41119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Brasília.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Portaria Interministerial nº 4226, de 31 de dezembro de 2010**. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília.

BRASIL.PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9807, de 13 de julho de 1999**. Estabelece normas para a organização e a manutenção de Programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. Brasília.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 007, de 14 de junho de 2003**. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP 17/2002. Brasília.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 010, de 21 de julho de 2005**. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Memorando Circular nº 10498, de 27 de fevereiro de 1998**. Tentativa de suicídio de militar. Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Memorando Circular nº 10162, de 20 de janeiro de 1998**. Afastamento temporário do serviço operacional de policial militar envolvido em ocorrências com mortos e feridos. Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Instrução nº 02, de 26 de agosto de 2005.** Regula a criação do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco - GEPAR. Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Instrução nº 1141, de 11 de setembro de 2014.** Implementação do Programa de acompanhamento e apoio aos Policiais Militares – Pró-Apoio. Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Instrução Conjunta de Corregedorias nº 02, de 03 de fevereiro de 2014.** Padroniza as atividades de Polícia Judiciária Militar no âmbito da PMMG e CBMMG. Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Resolução nº 4092, de 10 de julho de 2010.** Define procedimentos, estabelece vagas, dispõe sobre a execução, o acompanhamento e o controle de penas impostas a presos, para cumprimento no âmbito da Corporação. Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Resolução nº 4278, de 10 de outubro de 2013.** Dispõe sobre perícias, licenças e dispensas saúde, além de atividades correlatas desenvolvidas na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Resolução nº 4308, de 08 de maio de 2014.** Define critérios para a elaboração na Polícia Militar de Minas Gerais do Programa de Preparação para a Reserva. Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Resolução nº 4356, de 10 de outubro de 2014.** Altera a Resolução nº 4314, de 02 de junho de 2014, que cria, no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais, o Programa de Acompanhamento e Apoio aos Policiais Militares – PRÓ-APOIO –, envolvidos em ocorrências que menciona, estabelece diretrizes para a efetivação do acompanhamento e apoio e dá outras providências. Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Instrução nº 3.03.15, de 05 de agosto de 2015.** Regula a atuação policial militar na prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Instrução de Saúde nº 3/2017 “Protocolo para abordagem psicossocial do policial militar”. Comissão nº 13/2016. Publicada no BGPM nº 23 de março de 2017. Elaine M. do C Zanolla D. de Souza, Ten-Cel PM QOS; Denise da Silva Barbosa, Ten-Cel PM QOS; Simone Alvarenga S. Gomes, Ten-Cel PM QOS; Monica Freitas Lage, Ten-Cel PM QOS; Fabrizia Lopes Brandão Pereira, Ten-Cel PM QOS; Andréa de Las Casas Moreira, Maj PM QOS; Joice Lima Carvalho de Paula, Ten PM QOS; Patricia Calado Pena, Ten PM QOS; Maria Jesus Lile M. L. Diederich, Ten PM QOS.

ZANELLI, J. C. et al. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2014.